



As Tramas da Política Extrapartidária em Cabo Verde:

Ensaio Sociológico

Organizadores:
José Carlos dos Anjos & Marcelo Quintino Galvão Baptista

Série Estudos Sociais Cabo-Verdianos - Vol. 2

Edições
união


UFRGS
EDITORA

**As Tramas da Política
Extrapartidária em Cabo Verde**
Ensaio Sociológico

Edições
uniç


UFRGS
EDITORA



Reitor
António Correia e Silva
Vice-Reitor para a Pós-Graduação,
Investigação e Publicações
Científicas
Marcelo Galvão Baptista

EDIÇÕES UNI-CV

Direcção
Gláucia Nogueira

Conselho Editorial
Angelo Barbosa
António Correia e Silva (pres.)
Adriana Carvalho
Cristina Pires Ferreira
Eurides Costa
João Resende Santos
Judite Nascimento
Leopoldo Amado
Marcelo Galvão Baptista



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor
Carlos Alexandre Netto
Vice-Reitor e Pró-Reitor
de Coordenação Académica
Rui Vicente Oppermann

EDITORA DA UFRGS

Diretora
Sara Viola Rodrigues

Conselho Editorial
Alexandre Santos
Ana Lígia Lia de Paula Ramos
Carlos Alberto Steil
Cornelia Eckert
Maria do Rocio Fontoura Teixeira
Rejane Maria Ribeiro Teixeira
Rosa Nívea Pedroso
Sergio Schneider
Susana Cardoso
Tania Mara Galli Fonseca
Valéria N. Oliveira Monaretto
Sara Viola Rodrigues, presidente

Edições Uni-CV

Praça Dr. António Lereño, s/n
Caixa Postal 379-C Praia, Santiago
Cabo Verde
Tel. (+238) 260 3700; Fax: (+238) 261 26 60
edicoes@unicv.edu.cv – www.unicv.edu.cv

Editora da UFRGS

Rua Ramiro Barcelos, 2500
900035-003 Porto Alegre, RS
Brasil
Fone/fax: (51) 3308-5645
editora@ufrgs.br – www.editora.ufrgs.br

As Tramas da Política Extrapartidária em Cabo Verde: Ensaios Sociológicos

Organizadores

José Carlos dos Anjos
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Marcelo Quintino Galvão Baptista
Universidade Federal do Pará

Série

Estudos Sociais Cabo-Verdianos - Vol. 2

FICHA TÉCNICA

Título

As Tramas da Política Extrapartidária em Cabo Verde:
Ensaios Sociológicos

Série

Estudos Sociais Cabo-Verdianos - Vol. 2

Organizadores

José Carlos dos Anjos e Marcelo Quintino Galvão Baptista

Copyright

© Universidade de Cabo Verde, organizadores e autores dos artigos

Revisão

Maria Leonete Mota Sales

Traduções

Alfred Moreno

Coordenação Editorial

Gláucia Nogueira

Layout, Paginação e Capa

SERVICENTER, Projecto em Harmonia Digital
Palmarejo - A, Praia – Santiago, Cabo Verde
Tel. (+238) 262 84 98, Móvel: (+238) 992 52 57
Email: jorgedores@yahoo.com.br

Imagem da capa

Stória Transadu, Abraão Vicente

Tiragem

500 exemplares

Impressão

Tipografia Santos, Praia, Novembro de 2010

Patrocínio

Governo de Cabo Verde - Gabinete do Primeiro Ministro

Ficha Catalográfica

T771 Astramas da política extrapartidária em Cabo Verde: ensaios sociológicos/Organizadores
José Carlos dos Anjos e Marcelo Quintino Galvão Baptista. – Praia, Santiago, Cabo
Verde: Edições Uni-CV ; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.
221 p. ; 17x24cm

(Estudos Sociais Cabo-Verdianos ; v. 2)

Inclui referências.

1. Política. 2. Sociologia. 3. Política – Cabo Verde. 4. Gestão Global (MBA)
– Mestrado - Perfil dos recrutados – Origens sociais – Trajetórias pessoais – Cabo
Verde. 5. Corrupção – Alfândegas – Cabo Verde. 6. ONGs – Associações comunitárias
– Ilha de Santiago, Cabo Verde. 7. Relações sociais – Nativos da ilha de Boa Vista
– Migrantes de Santiago – Cabo Verde. I. Anjos, José Carlos dos. II. Baptista, Marcelo
Quintino Galvão. III. Série.

CDU 32(666.2)

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-989-96130-5-8 (Edições Uni-CV)

ISBN 978-85-386-0105-0 (Editora da UFRGS)

Ma de 2010
11/14
DAMP 06/2010



**ELITES, ESTABELECIMENTO DE RELAÇÕES DE
INTERCONHECIMENTO E CONSAGRAÇÃO SOCIAL
ATRAVÉS DE TÍTULOS ESCOLARES: O MESTRADO
EM GESTÃO GLOBAL (MBA) EM CABO VERDE**

Elizabeth Rocheteau Gomes Coutinho
José Carlos dos Anjos

Desde a independência de Cabo Verde, em 1975, foram seguidos diversos caminhos que visam o desenvolvimento do ensino superior. À tradicional promoção do estudo no exterior juntou-se, na década de 80, a criação de estabelecimentos nacionais de ensino superior e a celebração de protocolos com instituições de ensino superior de outros países. Já na década de 90 emerge um segmento de oferta de ensino privado a nível superior. A nova realidade implicou que o governo de Cabo Verde passasse a ser simultaneamente garante de oportunidades de acesso, promotor de oferta própria e regulador de operadores no mercado privado. Por outro lado, passou a colocar-se aos cidadãos a escolha entre a frequência local de ensino superior e a saída para o estrangeiro para acesso à formação pós-secundária.

Nesse cenário, nosso interesse dirigiu-se para a análise de um objecto situado e datado: os cursos de Mestrado em Gestão Global (MBA) ministrados no Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais (ISCEE) em parceria com o Instituto de Desenvolvimento e Gestão Empresarial (INDEG)/Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) – escola que em Portugal é tida como a melhor escola de formação de gestores do país. Pelos contornos deste mestrado, permitimo-nos pensar tratar-se de uma formação que consagraria um grupo de indivíduos podendo produzir o que Bourdieu designou de uma elite consagrada, distinta, separada, reconhecida socialmente e que se reconhece como digna de ser reconhecida (BOURDIEU, 1989, p. 56).

E porque seríamos nós conduzidos a esta apreciação? Começaríamos por indicar que o acesso ao Mestrado em Gestão Global (MBA) exige a titularidade de uma licenciatura, ou um grau equivalente, em Ciências de Gestão ou áreas afins. A selecção não é feita a partir de um exame, mas através de critérios outros que incluem a classifica-

ção na licenciatura, a experiência profissional e ainda os resultados de uma entrevista individual, conduzida pelo director do curso, um professor catedrático da Escola de Gestão do ISCTE-Portugal. Por outro lado, devemos ressaltar que o mestrado implica um esforço financeiro de cada formando no valor de 540.000\$00 ECV (quinhentos e quarenta mil escudos cabo-verdianos), pagos em cinco prestações, de 108.000\$00 ECV (cento e oito mil escudos cabo-verdianos). Para se ter uma ideia do que significa em Cabo Verde um montante desta natureza, partindo do princípio que existem bens que são relativamente universais e medidas estatísticas que devem ser relativizadas, podemos arriscar dizer que esse montante representa 2,6 vezes o PIB *per capita* de Cabo Verde de 2006; 10 vezes o limiar da pobreza em Cabo Verde, a preços de 2007; ¼ do valor de um automóvel de gama média; 27 vezes o salário médio mensal no país, entre outros. Este valor representa uma importância aproximada de 4.900 € (quatro mil e novecentos euros).

Este curso já formou 117 (cento e dezassete) indivíduos, a quem foi conferido um diploma/título de pós-graduado em Gestão Global. O grau de mestre em Gestão Global até hoje só foi conferido a 14 (catorze) pessoas, pelo que podemos considerar que ser “mestre em Gestão Global” é um título escolar ainda mais raro, o que acentuará os seus efeitos de consagração pessoal e social.

Estes contornos levam-nos a considerar que o grupo de “eleitos” deste curso poderá assumir os contornos de uma “elite”, assumindo aqui, à semelhança do explicitado por GENIEYS (2006) a configuração de um grupo que se pretende minoria que dispõe, num determinado tempo e espaço, de prestígio e poder, derivados neste caso de condições económicas que podem ser convertidas em diplomas. Encontramos na noção de elite uma forma de estudar um determinado grupo de indivíduos que ocupam posições-

chave na sociedade cabo-verdiana, que dispõem de poderes, de influência e de privilégios que não estão acessíveis ao conjunto dos membros da sociedade e, neste caso, aos quais está vinculada uma dimensão académica.

Se tivermos em conta que o MBA em Gestão Global se destina primordialmente a gestores de empresas/empresários e que grande parte das trajectórias aqui analisadas são de indivíduos que passaram por cargos político-administrativos importantes, podemos lançar a hipótese de que o MBA é essencialmente um dos espaços estratégicos de reconversão de uma elite político-administrativa em elite empresarial e a importância particular desse mestrado residiu, durante o período estudado, também no capital social¹ para essa reconversão.

A nossa hipótese de partida era de que o Mestrado em Gestão Global (MBA) permite a um determinado grupo social, uma elite vinculada aos negócios, a constituição de um espaço de consagração. A passagem por esse curso e a consequente obtenção de um título – de pós-graduado ou de mestre – facultam recursos para estratégias de reconversão e consagração a uma elite no contexto cabo-verdiano. No decorrer da análise nossa hipótese foi sendo refinada no sentido de que a consagração deste grupo poderá não estar directa e unicamente relacionada com a titulação escolar, mas está também vinculada a redes relacionais que permitiriam aos seus integrantes ser chamados para cargos de prestígio e/ou situarem-se nos postos que permitem a redefinição da esfera económica empresarial.

O artigo conforma-se em três tópicos. No primeiro tópico apresentamos o conceito de elites em correlação com as escolhas metodológicas da pesquisa. No segundo tópico

¹ A correlação entre os conceitos de capital escolar e de capital social é estabelecida por Bourdieu nos seguintes termos: “fora do mercado propriamente escolar, o diploma vale o que, do ponto de vista económico e social, vale seu detentor; neste caso, o rendimento do capital escolar depende do capital económico e social que pode ser reservado à sua valorização” (BOURDIEU, 2007, p.127). No caso em pauta o que está em jogo é não apenas o facto de que o capital social deve fazer valer os títulos já alcançados, mas o retorno às convivências em torno dos bancos escolares aparece como uma oportunidade de fortalecimento de uma trama de relações tecidas no seio de uma pequena elite político-administrativa que se projecta na migração para empreendimentos privados.

discutimos a correlação entre origem social, trajectória escolar, a conformação de recursos na forma de relacionamentos sociais e a ocupação de posições destacadas na esfera político-administrativa. Por fim, analisaremos o lugar do MBA nas estratégias de reconversão de elites político-administrativas em elites empresariais.

1. Definição de elites e operacionalização metodológica

A teoria das elites nas ciências sociais situa-se no âmbito dos estudos da sociologia dos grupos políticos e tem como foco o estudo dos grupos que lutam para ocupar as posições mais decisivas, aquelas que definem os rumos de vastos segmentos da colectividade.

O termo elite viria a ser amplamente empregado no pensamento social e político em finais do século XIX. Conceptual e politicamente somos obrigatoriamente remetidos para as doutrinas dos pais fundadores da escola das elites, ou seja, para o pensamento de Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto, Robert Michels e C. Wright Mills.

Mosca foi o primeiro a tentar a construção de uma nova ciência política baseada na distinção entre elites e massas. Mosca não utiliza o termo “elite”, mas fala de “classe política” e de “classe dirigente”. No seu pensamento, a elite é política no sentido de que está intimamente relacionada com o verdadeiro e constante motor da história ou seja, o poder normativo mais forte na sociedade que, em sua opinião, é o político. O objectivo de Mosca foi o de revelar a natureza composta de tal poder, baseado em factores intelectuais, emocionais e legitimadores do consenso.

Pareto, no seu *Tratado Geral de Sociologia* (1916), desenvolveu a primeira abordagem sociológica das elites. Apresentou um conceito de “elite” que pode ser interpre-

tado em termos de classe. Pareto afirmou que seria muito útil fazer uma classe daqueles que têm os índices mais elevados no ramo de actividade, à qual deu o nome de *classe eleita* (“elite”). Sugere ainda a divisão desta classe em duas: numa seriam incluídos aqueles que, directa ou indirectamente, participam no governo e que constituiriam a *classe eleita de governo*, sendo o restante a *classe eleita não de governo*. Por sua vez, a esta concepção está ligada uma ideia de circulação da classe eleita (circulação de elites), teoria que nos remete para a tendência histórica pela qual a classe dominante, embora conservando nominalmente o timão do poder, na realidade enfraquece, depois sujeita-se a um processo de dissolução, para por fim sucumbir moral e fisicamente e ceder o lugar a um novo grupo dominante.

Pareto contempla as elites como grupos de origem social (elites sociais), sempre minoritários, que diferenciam os homens eleitos; e defende que o equilíbrio da sociedade nasce como resultado da acção e da interacção das elites, especialmente da possibilidade de assegurar a sua circulação fisiológica. Assim, Pareto observa as elites para compreender quem governa a sociedade, de onde vem e até onde vai.

Os esquemas conceptuais legados por Pareto e Mosca, traves-mestras desta “escola”, comportam uma área de coincidência. Para ambos, qualquer sociedade possui no seu interior uma minoria dominante: a “elite governante” de Pareto e a “classe política” de Mosca. Também para ambos a composição desta minoria sofre mudanças no decorrer do tempo de “circulação das elites” pela incorporação de grupos sociais provenientes de estratos outros da sociedade. No entanto, é Mosca que apresenta a visão menos obliterada da heterogeneidade da elite e em especial dos interesses nela representados, e se apercebe dos vínculos que a mesma cria com a classe média. A “circulação

das elites” analisada por Mosca sublinha o aparecimento nas sociedades de novos interesses económicos, de onde emergem forças sociais que se fazem representar na elite, efectuando assim uma análise de cariz mais sociológico, comparativamente ao “psicologismo” de Pareto, que pretende explicar a “circulação” pelas mudanças ocorridas nos traços psicológicos dos membros da elite.

Por seu lado, a abordagem de Robert Michels sobre as elites toma como ponto de referência os partidos políticos e os sindicatos. Não obstante a sua obra mais conhecida e que o celebraria em todo o mundo académico, *Sociologia dos Partidos Políticos* (1911), constitua uma tentativa sociológica que conclui, extraído da observação empírica, com a famosa “lei de ferro da oligarquia”, Michels atribuía importância capital de liderança política às elites, bem como aos indivíduos “carismáticos”, confirmando a ideia elitista da presença de uma inerente tendência oligárquica em qualquer “sociedade”.

C. Wright Mills (1985) apresenta-nos um cruzamento de abordagens sociológicas: perspectivas retiradas das obras de Marx e de Weber conciliam-se com ideias de Pareto e de Michels. A maneira como Mills define “elite do poder” aproxima-se, no entanto, da sugerida por Pareto para a sua “elite governante” (os membros da elite que directa ou indirectamente participam de forma mais activa na governação da sociedade), pois identifica-a com a minoria que ocupa os postos de comando. Este modo de definir elite encerra uma evidente tautologia: a elite do poder é (são) os que detêm o poder, e encontra-se, assim, na linha da definição apresentada por Pareto.

A tentativa deste artigo é de certo modo de romper com a tautologia, propondo uma definição de elites para um tipo específico de conjuntura pós-colonial: a da importação pós-colonial de modelos institucionais ocidentais. Nesse tipo de conjuntura pós-colonial, a imagem de uma socie-

dade estruturada em campos específicos de consagração social é sedutoramente incorporada no horizonte normativo dos próprios actores. O efeito de espelho que a imagem de uma estrutura modelada em esferas específicas de consagração provoca sobre o espaço real de relações sociais abre imensos espaços à manipulação das relações entre fachada e bastidores (GOFFMAN, 1985). A autonomização de esferas é reivindicada como fachada em momentos estratégicos; nenhum dos actores dispõe de recursos e interesses numa purificação das lógicas de consagração social; o imbricamento das lógicas de consagração acontece nos bastidores impedindo uma real conformação das esferas autónomas da academia, da política, da economia. Define-se aqui a elite cabo-verdiana como o segmento que manipula os bastidores dos mecanismos de consagração social, fazendo valer um capital de relações sociais em lugar dos mecanismos formais de definição de méritos que são exibidos *ad hoc*.

Partimos da hipótese de que os capitais relacionais (consolidação de redes de conhecimento interpares e familiares) e escolares poderiam entrecruzar-se na definição das trajectórias profissionais que configuram uma elite simultaneamente académica, política e económica. Assim a consagração deste grupo poderá não estar somente e directamente relacionada à titulação escolar (académica), mas a um conjunto de outras variáveis, mais ou menos formalizadas, que podem produzir efeitos de consagração e êxitos sociais a estes agentes, variáveis que podem ser encontradas, por exemplo, nas redes relacionais que lhes permitem não só ser chamados para cargos de prestígio, como também lhes permite o acesso aos melhores postos e às melhores posições, numa relação privilegiada com o mercado de trabalho. Assim, na medida em que o peso das redes de relações interpessoais provoca deformações no espelho da estrutura de campos que o mesmo grupo ma-

nipula na forma de fachada, definimos elites como o grupo capaz de importar e deformar a estrutura dos espaços públicos específicos de consagração social.

Para problematizar estas hipóteses recriámos o campo de análise através da obtenção de dados a partir sobretudo de entrevistas (abertas e semi-estruturadas), a um núcleo específico de indivíduos que passaram pelo mestrado. Devemos realçar que a focalização num núcleo de pessoas com um status social e profissional elevado, foi portador de algumas dificuldades, nomeadamente a disponibilidade de tempo da parte dos entrevistados e a concordância relativamente a um tipo de entrevista que pretendia conhecer as suas origens e as suas trajectórias.

As entrevistas foram feitas a um núcleo de 13 indivíduos que fizeram parte das séries da cidade da Praia: dez da primeira edição e três da segunda edição. A maior expressividade em termos do número de mestrados da primeira edição foi propositado, tendo sido esta a edição que concentrou um maior número de elementos com as mais elevadas posições na hierarquia das empresas do sector privado e da administração do Estado, de acordo com os dados de caracterização geral dos candidatos, a partir da lista de matrículas ao curso de MBA/Mestrado em Gestão de Empresas (Gestão Global), fornecidos pela secretaria do ISCEE. Por outro lado, foram consultados documentos de enquadramento, tais como decretos-lei, brochuras publicitárias, documentos institucionais, gentilmente cedidos pela coordenação do ISCEE e que permitiram conhecer os contornos desta formação, a sua estruturação e o seu universo.

Porque estamos a tratar, como nos alerta Bourdieu (1981), da objectivação do que se poderá apelidar de *jogos intelectuais* e da análise de processos de consagração, existem factores específicos à realidade vivida e características que estão dissimuladas que nos propomos descortinar, mas cuja abordagem e tratamento exigiria da nossa parte

algum cuidado. Gostaríamos de explicitar, por exemplo, que na apresentação dos extractos das entrevistas evitámos o fornecimento de informações sobre os nossos entrevistados – nome, idade e posto, entre outros – e fizemo-lo propositadamente, procurando defender, em certa medida, a sua identidade e privacidade e não *trair* a confiança depositada. O propósito que nos move não é uma intenção de pessoalizar nem de denunciar, é sobretudo uma tentativa de compreensão das lutas de definição de fronteiras entre esferas sociais e a consequente diferenciação dos princípios de consagração social.

2. Origens e trajectórias profissionais

Face às necessidades de desenvolvimento e ao défice de recursos humanos competentes e ainda raros nos diversos sectores de desenvolvimento de uma economia em vias de modernização, o governo de Cabo Verde do período pós-colonial encorajou os jovens quadros no sentido da sua integração e assumpção de responsabilidades no sector público e privado, implementando uma política de constituição de uma classe dirigente nacional que se pretendia capaz de dirigir o país rumo ao desenvolvimento, ocupando postos ligados à alta administração do Estado e ao sector privado.

Um trabalho de fundo de planificação de sectores estratégicos adquire um enorme relevo, sobretudo para a Administração do Estado. E essa experiência é memorizada em algumas das trajectórias aqui estudadas sob o duplo registo: das relações de reciprocidade que tecem uma elite político-administrativa e da monumentalização dos eventos de consagração. As inflexões de trajectória ficam assim objectiva e subjectivamente marcadas por rituais de fechamento do círculo dos eleitos.

Saí da universidade e fui nomeado imediatamente como técnico superior da Secretaria de Estado da Administração Pública. Trabalhei na montagem da primeira base de dados de Recursos Humanos da Administração Pública, o primeiro sistema informático de gestão dos recursos humanos, era o SIGAP, e integrei a equipa da Reforma Administrativa, com o falecido Renato Cardoso. Foi uma experiência muito interessante, uma experiência de mudança, de mudar para melhor, que é algo que me acompanha até hoje (Entrevista G).

Outros entrevistados ingressam no sector económico, com uma clara preferência pelo sector bancário e mundo empresarial público. Circulando entre a alta administração pública e a direcção das empresas estatais, o período pós-colonial viu emergir uma elite que acumula recursos que facilitam a reconversão de trajectórias para um sector privado que se consolida hoje:

Porque na altura, quando regressávamos com o curso feito, era a Administração Pública (AP) que nos colocava. Mas quando contactei a AP, mostrei-lhes a minha intenção de trabalhar no Banco, tendo em conta as cadeiras que eram da minha predilecção. E de facto, o Banco confirmou à AP que estavam disponíveis para me receber. Naquela altura não havia muitos quadros formados (Entrevista L).

Os integrantes deste grupo que ingressam actualmente no sector económico privado passaram parte considerável ou mesmo praticamente toda a sua vida profissional a ocupar sucessivamente cargos burocráticos de direcção, sendo o nosso universo formado basicamente por quadros superiores da Administração Pública, dirigentes e quadros superiores de empresas públicas e semipúblicas, como é o caso, por exemplo, do nosso entrevistado com carreira feita na CV Telecom:

Quando entrei na ex-CTT/PT (Correios de Portugal, S.A.), empresa pública, como engenheiro de manutenção, trabalhei no Centro de Transmissão (...). Fui nomeado chefe do Centro de Transmissão da

Zona Sul, depois fui nomeado chefe de Divisão de Transmissão (que já é a nível nacional). Fiz essa trajectória até 1995, quando fui nomeado director técnico. Estive um ano e passei depois a assessor do director geral em 1992. De 1992 a 1995 exerci duas funções: de assessor do director geral e director do Gabinete de Estudos e Planeamento. Em 1995, com a separação da ex-CTT/PT e dos Correios de Cabo Verde, fui nomeado administrador da CV Telecom (Entrevista C).

Com um sector de empreendimentos privados frágil, a reconversão de posições cimeiras na esfera estatal para posições na economia privada é um fenómeno recente em Cabo Verde. A percepção de que a construção de carreiras na economia privada possa ser um investimento exclusivo independente de cargos públicos é uma construção que só se consolida quando 30 anos de estado pós-colonial criaram as condições de segurança. Dentre os nossos entrevistados, poucos constituíram carreira predominantemente no sector privado, como esse que consolidou a trajectória profissional na multinacional Shell:

Na Shell-Praia, assumi a função de coordenador do Departamento de Gás para Sotavento e, entretanto, pouco tempo depois, convidaram-me para assumir a mesma função, mas a nível nacional. Depois houve uma mudança do director do departamento e fiquei como assessor do director do Departamento de Gás. Aí venci um concurso interno para a Direcção de Marketing e passei para Director de Marketing da Shell (Entrevista F).

Há ainda muito a estudar sobre como se dá, em Cabo Verde, a monopolização de posições cimeiras da esfera política, administrativa e económica por um grupo restrito de indivíduos que alcança títulos superiores no período logo após a independência. Esse campo de estudo é fundamental à compreensão das reconfigurações actuais do campo económico. Neste estudo, dados qualitativos nos impelem à hipótese de uma ampla circulação dos mesmos indivíduos por uma multiplicidade de posições de direcção:

Na EMPA² entrei como técnica para a área da estatística, para organizar a compilação dos dados. Também trabalhei com projectos de informatização. Em 1986 fiquei como directora do GEO (Gabinete de Estudos e Organização). A EMPA transforma os seus estatutos e eu também assumo a presidência do Conselho de Administração. Em 1995, vou para o INPS³ como presidente do Conselho de Administração para dar um enfoque comercial à sua gestão (Entrevista H).

Qual é a base social de extracção desse segmento que chega primeiro aos postos subsequentes à elite política que se associou ao processo de descolonização? Começamos por nos deter nalguns indicadores que concorrem para a conformação da estrutura e volume de capitais que configuram as posições de elite. Reconstituímos a origem social dos entrevistados partindo do pressuposto de que, entre outras, o nível de escolaridade e a profissão exercida pelos pais são variáveis fundamentais para a definição das trajectórias escolares dos entrevistados, já que marcam o ambiente familiar do qual são provenientes. Verificamos que o maior percentual se encontra entre os pais (e mães) com até o ensino básico completo, ou seja, com um nível relativamente baixo/básico de instrução.

A maioria dos entrevistados é proveniente de famílias compostas por um número considerável de filhos, em média nove filhos por agregado familiar. A amplitude em termos de número de irmãos varia de 4 a 16. Nas famílias numerosas, os relatos apontam também para filhos frutos de sucessivos casamentos mas isso não obsteu a que, nalguns casos, os irmãos coabitassem e fossem criados juntos:

Nós éramos 16, agora somos 13, de três núpcias. A minha mãe morreu em 1975 e no interregno, antes do casamento seguinte, o meu pai teve uma

2 EMPA – Empresa Pública de Abastecimento.

3 INPS – Instituto Nacional de Previdência Social.

outra senhora. Com a minha mãe éramos nove filhos; com essa senhora mais três e depois, no último casamento, mais quatro filhos.

A situação apresentada pelo Entrevistado C é similar à do Entrevistado D:

“É complicado, porque é o seguinte: tinha 14 irmãos, agora somos 20 e um porque o meu pai perfilhou mais sete (risos). Cresci normalmente num grupo de 14!” (Entrevista D).

De salientar algo que reputamos de muito importante, e que iremos retomar mais à frente. É que, apesar do número elevado de filhos, a quase todos é garantido o acesso à educação e especificamente ao ensino superior, fazendo-se questão de ressaltar que os que não o conseguiram foi por demérito dos próprios e não por dificuldades da família ou falta de apoio.

Pelas informações disponíveis, existe um grau de homogeneidade muito alto nos integrantes deste grupo. Grosso modo, são filhos de pais trabalhadores não qualificados (trabalhadores agrícolas, comerciantes, operários e artífices), exercendo assim profissões que não exigiriam, à partida, mais do que a 4ª classe ou o ensino básico completo. Podemos considerar que, salvo raras exceções, a maioria dos pós-graduados e mestres em Gestão Global são provenientes dos extractos superiores das classes populares em que os níveis de renda, pelo menos dos proprietários e comerciantes, eram superiores à média nacional na altura e, sobretudo, de famílias dotadas de um capital social e de expectativas escolares superiores incomuns nas classes populares.

Os mestrados representam uma classe de diplomados com um *status* de longe superior ao de seus pais, logo, cuja ocupação profissional não corresponde a qualquer efeito de continuidade da profissão e da escolaridade paterna.

Seguramente o pai não é um “modelo profissional” para o nosso entrevistado, mas é apresentado como modelo de perseverança e de personalidade. Estas referências mais do que a expressão de um orgulho, permitem-nos descortinar pequenas diferenças herdadas que são transformadas em prestígios e honras de família e lidas mais tarde como personalidade e perseverança num esforço de autoconsagração e de imposição de reconhecimento: “O meu pai foi sempre uma pessoa tida como “força viva”, uma pessoa que era ouvida” (Entrevista C); “O meu pai trabalhava no comércio, no estabelecimento comercial Abel Cruz. Era Caixeiro. Antes de trabalhar nesse estabelecimento trabalhou na loja Serra em Santa Catarina. Era conhecido como um trabalhador honesto!” (Entrevista J); “O meu pai era um empresário muito apurado, embora sem instrução académica, mas foi um grande empresário, um comerciante – proprietário” (Entrevista G). Um outro entrevistado faz alusão ao facto de há 56 anos atrás o pai já ter frequência do ensino secundário, facto que não seria comum no mundo rural cabo-verdiano: “O meu pai tinha o 4º ano dos Liceus (incompleto)! Naquela altura não era para qualquer um...” (Entrevista A).

2.1. Estratégias de utilização de redes de relacionamento

A maior parte dos inquiridos ao descrever a sua trajectória profissional, desde o recrutamento, revela a existência de estratégias de utilização de uma rede de relacionamentos passível de ser mobilizada em momentos cruciais do percurso escolar, salientando-se assim o valor e a importância das redes de relações e de interconhecimento para acederem aos melhores postos, através da “indicação” e do “convite”, nalguns casos protago-

nizados por pessoas-chave, que muitas vezes também detêm posições no campo político:

O cargo de administradora foi de indicação do ministro das Finanças, que era o Gualberto do Rosário, na altura. É evidente que ele me conhecia: foi meu colega no Banco e fomos contemporâneos, só que eu terminei o curso antes – quando ele foi fazer a formação económica, eu já andava no 3º ano do curso. Mas depois fomos colegas no Banco, durante um período, antes de ele ir para a Shell (Entrevista L).

Em 1992, eu fui para administradora, indicada pelo governador do BCV, o Dr. Osvaldo Sequeira, e fui administradora até a criação do BCA. Fui nomeada presidente da Comissão Instaladora do BCA e depois, em 1993, fui nomeada presidente do BCA (Entrevista M).

Depois, em 2001, com a alternância política, o Presidente da República convidou-me para assumir o cargo de director de gabinete, o meu cargo actual (Entrevista G).

Aqui na Praia entrei para a Cabo Verde Telecom, entrei logo como quadro da empresa, porque foi uma negociação feita na altura, e exerci dentro da minha área, trabalhei sempre na área comercial, tirando uma experiência de uns meses em que não trabalhei na área comercial propriamente dita, estive na área de controlo de gestão, sem nenhuma dificuldade, sempre com desafios. Nessa altura trabalhei em áreas novas, em serviços novos, na concepção de serviços novos, na criação do móvel em Cabo Verde. Até receber um convite para ir trabalhar nos TACV como directora das Relações com os Clientes, abarcando as áreas do Marketing, do serviço a bordo e da gestão do pessoal navegante de cabine (Entrevista E).

Estive três anos no projecto, depois terminou e coincidiu com a altura em que o Dr. Júlio Correia veio para o governo, como ministro do Trabalho e da Solidariedade. Eu tinha trabalhado com ele no Fogo, nos Mosteiros. Ele já me conhecia e conhecia o meu trabalho. Ele convidou-me para assessorá-lo na área da Formação Profissional e do Emprego e Luta contra a Pobreza (Entrevista N).

Poder-se-ia recuar na análise da importância das redes (interconhecimento) ao ponto da conformação das trajet-

tórias escolares. Todavia, aqui, importa-nos focar particularmente as redes de recrutamento para os postos administrativos destacados: a titulação escolar é importante, mas é factor decisivo as pessoas que se conhece e que configura-se como capital social.

Um dos nossos entrevistados destacou a importância que determinadas pessoas tiveram na sua primeira experiência profissional. A singularidade da referência está sobretudo no facto de serem pessoas com um relevo político assinalável: trata-se dos actuais primeiro-ministro de Cabo Verde e secretário de Estado da Administração Pública.

Quando voltei para Cabo Verde, tinha colegas que já trabalhavam e com os quais eu tive a oportunidade de me cruzar na Fundação Getúlio Vargas, como por exemplo o actual primeiro-ministro, José Maria Neves, e o Romeu Modesto, que é secretário de Estado. Eu, quando entrei na FGV, eles estavam a terminar, assim como o Ângelo Barbosa, que é pró-reitor da Universidade de Cabo Verde (eu e ele morávamos na mesma casa). Então, voltando para Cabo Verde, encontrei o JMN e o RM, que estavam a trabalhar na Administração Pública, na altura não havia muita concorrência, então me convidaram, em 1991, a fazer parte da equipa (Entrevista I).

Diríamos que a passagem por este tipo de curso, restritivo à partida, proporciona um ambiente propício à construção de redes (de influência e de amizades) e à gestão de relações interpessoais:

Um primeiro benefício que se tira desde logo é o estabelecimento de redes, é extraordinário, e eu acredito que a minha carreira acabou por ser alcançada por este mestrado, não apenas na parte das competências, mas ao nível do mercado laboral na Praia" (Entrevista F).

O espaço fechado, em que apenas um número restrito de candidatos consegue entrar, em que a maioria já são pessoas escolar e profissionalmente consagradas, reforça sobremaneira o sentimento de distinção por se ter pertencido

cido ao grupo e, mesmo após o término da parte lectiva, esse sentimento de pertença seguramente perpetua-se.

Estando numa turma daquelas, o próprio curso em si parece até mais prestigiante e você consegue alargar a sua rede de relações. Eu conheci pessoas ali que embora nos tivéssemos conhecido na rua, vieram a ser relações muito boas, duradouras até. Pessoas que discutiam, pessoas interessantes. Criámos uma rede e penso que poderemos tirar grandes proveitos (Entrevista I).

É que, para mim, uma elite deve ser um grupo de pessoas que, dentro de uma estrutura social, está lá no topo! Na verdade, a nossa turma só tinha pessoas que já tinham um percurso profissional interessante e com muitos anos. Tínhamos pessoas que tinham exercido funções de direcção a nível da banca, tínhamos pessoas com responsabilidades nas suas instituições; a nossa turma por acaso foi um grupo de pessoas bastante maduro, pessoas com um grande percurso! Eu senti-me completamente integrado. (Entrevista I).

Afigura-se pertinente sublinhar que os entrevistados, quando colocados perante a questão de se considerarem (ou não) integrantes de uma turma de elite, responderam de uma forma que nos pareceu no mínimo curiosa, permitindo-nos, através de um jogo de contraposição, perceber a que conjunto de ideias eles associam o conceito de elite. Verificámos que está relacionada sobretudo com:

i) uma ideia de “boas famílias”:

Eu diria que a maioria dos que fizeram o curso comigo era elite. O meu sentido é o de que são pessoas bem formadas, com uma determinada educação, com uma família por trás, com ideias, com regras, são bem sucedidas. Ali havia uma base familiar de boas famílias, de bom berço, não é? (Entrevista B)

ii) pessoas com capacidade científica e com uma atitude diferente perante o conhecimento:

Nós tínhamos um grupo muito valioso em termos científicos. Era pessoal que aproveitou muito bem o mestrado e estava lá com a intenção de adquirir conhecimentos e, portanto, eu não sei se será uma elite, mas é pessoal que se situa acima da média em termos de conhecimento e de atitude perante o conhecimento. Em certo sentido pode-se dizer que o grupo constituía uma elite, é gente que vai contribuir para ajudar a desenvolver o país (Entrevista D).

iii) pessoas que ocupam elevados cargos na hierarquia do Estado e das empresas, querendo também significar pessoas com capacidade de financiamento:

Era uma turma de facto que se pode considerar uma turma de elite, porque era maioritariamente constituída por pessoas que já tinham um percurso profissional, pessoas com cargos elevados – ex-ministros, directores gerais – outros que inclusivamente exerciam cargos de direcção em determinadas empresas, de modo que tenho que considerar que era uma turma de elite (Entrevista E).

Diz-nos Bourdieu (1981) que a função de sociodiceia não é perfeitamente preenchida se a consagração escolar não vier a fazer reconhecer *a fronteira da elite* (mesmo que alguns possam negar esse carácter restritivo), quer aos que foram excluídos quer aos que foram incluídos, e é por isso mesmo que o sentimento generalizado entre os “eleitos” é o de que este curso *não é para todos*, revelando o seu carácter elitista e selectivo, mesmo em termos de competências, conferindo a distinção social que se almeja e ainda, àqueles que ainda não atingiram o topo, a ascensão a uma posição de elite:

Era um grupo de topo a nível das empresas e mesmo a nível político. É assim, o meu conceito de elite, quando se diz elite política fica claro, também elite empresarial, agora se considerar elite social já não! Em Cabo Verde é complexo, porque em tempos havia uma elite, a elite eram os portugueses, era gente que não se misturava, que frequentava o Rádio Clube e o acesso não era para todos. Aquilo era uma elite mesmo! Agora não há se-

gregação! Bom, mas também este MBA não é para qualquer um, nem em termos financeiros e nem em termos de conhecimentos! (Entrevista J).

A turma era bastante heterogénea, de certa forma tinha capacidade de financiamento do curso, porque, diga-se de passagem, não é um curso barato para os nossos padrões, para os nossos rendimentos. Eu considero que foi uma turma muito interessante e vai dar muito que falar, diga-se de passagem! (...) Os colegas vinham com toda uma experiência, todo um background, por exemplo, quando nos engajávamos em debates via-se que eram debates sérios, com sentido de realidade, sempre tendo presente a realidade cabo-verdiana (Entrevista H).

A passagem pelo mestrado permitiu tornar alguns dos seus integrantes em figuras públicas, sobretudo aqueles que antes do ingresso neste curso não teriam conseguido ainda a tão almejada notoriedade social:

*Um outro indicador é que eu sou convidado a participar na imprensa, em programas televisivos, para apresentar alguns temas, já fui convidado, pelo menos três vezes, para o programa *Nha Terra, Nha Cretcheu*, fui convidado como comentador residente do programa *180° Graus*... Eu agora até me ando a travar um pouco porque tenho que conciliar as novas responsabilidades com um certo nível de exposição. Eu agora estou um pouquinho retraído, mas penso que esses convites e essas participações acabam por me dar alguma notoriedade social (Entrevista F).*

Assim, podemos arrematar dizendo que a consagração deste grupo não estará unicamente relacionada à titulação escolar, embora o título associe um efeito técnico (competência e saber fazer) e um valor simbólico de consagração, gerado sobretudo pela associação com a Business School de Portugal. Mas para além disso, a consagração está relacionada com a rede de relações e o sentimento de pertença a um grupo – de indivíduos com êxitos sociais e profissionais – com os quais as afinidades podem ser encontradas e maximizadas.

Esta distinção advém também de factos já falados an-

teriormente como a militância político-partidária e/ou o desempenho de cargos nas burocracias públicas e também da própria condição de professor do ensino superior, neste caso, do ISCEE. Vale frisar que a participação de cada um destes recursos, na composição das respectivas trajectórias é extremamente variável. Se, em alguns casos, a trajectória profissional e a ascensão social estão baseadas em apenas um ou dois destes recursos, noutros casos poderão estar assentadas na combinação de uma variedade deles.

2.2. A vinculação da trajectória ao exercício do poder político

Uma particularidade da trajectória dos nossos entrevistados é que uma parte significativa ocupou postos de natureza político-partidária e fazem actualmente uma inflexão em direcção a uma trajectória de empreendedores. Destacamos aqui alguns exemplos do tipo e da dimensão da envolvimento: “Eu estive na política. A primeira parte foi muito motivadora, o movimento para a democracia foi um movimento estonteante. Eu estive pessoalmente envolvido no projecto até ao fim! Eu nem trabalhava! A nossa proposta era boa, nós estávamos a querer o melhor para Cabo Verde” (Entrevista C); “Depois em 2001, com a alternância política, o Presidente da República convidou-me para assumir o cargo de Director de Gabinete, o meu cargo actual” (Entrevista G); “Fui deputada do MPD, entrei na lista de deputada pela Praia, fui para a Assembleia – na legislatura de 1991 a 1995. Eu era membro da Direcção Nacional do MPD” (Entrevista M); “Apesar de ter funções de topo ao nível primeiro da EMPA e depois do INPS, eu acumulava também as funções de deputada da Nação!” (Entrevista J); “Eu fui durante dois mandatos vereador da Câmara Municipal de Santa Catarina” (Entrevista I).

Assim, a militância política, a exemplo de outras actividades de representação e acção cultural, é concebida e apresentada como algo socialmente superior à sua própria profissão, revelador de uma entrega pessoal de que se sublinha não pretender colher qualquer benefício. Todavia, é reveladora de lutas por posições no aparelho do Estado, por posições públicas e possibilidade de maior afirmação e prestígio.

A actuação político-partidária, lá onde é expressa, é apresentada como algo grandioso mas simultaneamente como tendo causado algum desencanto. E a causa para esse aparente desencanto pode ser encontrada no confronto entre confiança política e tecnicidade. O olhar retrospectivo de uma trajectória que tende à reconversão privada de todo um conjunto de trunfos acumulados no sector público, tende a desqualificar a administração da coisa pública na sua contaminação pela política partidária ali onde a *expertise* deveria ser soberana. Assim, a reconversão para a esfera privada pode ser vista também como liberdade para o exercício técnico:

Tive talvez um desapontamento, uma mágoa. Foi no momento em que eu entendi que normalmente os cargos estão ligados mais ao ponto de vista político do que ao ponto de vista técnico. Eu estava convencida de ter ascendido a administradora do Banco de Cabo Verde pela prestação que eu tinha dado, e que continuo a dar, e sempre admiti que a qualquer momento fosse normal eu deixar essa cadeira. Quando eu fui chamada para me comunicarem que ia cessar a minha função de administradora e depois voltei para a vida real é que compreendi perfeitamente que as coisas não eram como eu pensava (Entrevista J).

Outro testemunho oferece-nos a possibilidade de entender os contornos de um processo de adesão política seguido da decepção com a cessação da confiança política e a consequente perda do cargo que se ocupava. E no fundo é disto que se trata: de uma luta pela ocupação

de posições onde se jogam trunfos, dentre os quais o diploma escolar, mas igualmente o posicionamento político-partidário envolvendo, obviamente, confiança e favorecimentos políticos, como uma modalidade específica de capital social, que poderia, na esteira de Bourdieu (2005), ser qualificada de capital político. A desilusão, quando constatada, é a da perda de posição proeminente no campo político, mas não da possibilidade de reconversão da capacidade de influência:

Comecei como técnica e estive nessa situação até à abertura política, até 1990/91. Deu-se a abertura política e eu assinei o tal documento do MPD. (...) Toda a elite assinou mesmo! Havia medo, não sabíamos as consequências, mas arriscámos. (...) E foi esse documento que mudou os acontecimentos! Houve um grupo enorme de técnicos, espalhados por toda a função pública, de todas as áreas, que queria que houvesse mudança, que houvesse eleições pluripartidárias e daí criou-se o MPD. Eu continuei no BCV, mas ao mesmo tempo fui deputada do MPD, entrei na lista de deputada pela Praia, fui para a Assembleia – na legislatura de 1991 a 1995. Eu era membro da Direcção Nacional do MPD (...) entretanto dá-se a cisão no MPD e surge o PCD (risos) e eu faço parte do PCD (...) porque eu estava a preparar o Congresso, eu era uma pessoa de confiança que estava a preparar o Congresso e surge a lista B e ainda por cima se comentou que este movimento surgiu numa reunião na minha casa...da forma como foi encaminhado não caiu bem! Os dois primeiros anos de democracia foram extraordinários, mas as coisas começaram a degradar-se... foi horrível! (Entrevista M).

Igualmente damos conta, através de um comentário feito por uma entrevistada em que questiona a legitimidade das modalidades de recrutamento para cargos de direcção no imediato período pós-colonial: “quando eu entrei no Banco havia aquilo a que se pode chamar ‘carreira de tarimbeiro’, havia mais ‘tarimbeiros’ do que pessoas com a licenciatura, apesar de já existirem alguns quadros licenciados.” (Entrevista L). Esta revelação deixa perceber exactamente o palco actual de lutas pelo poder, onde os

diplomas são usados para fechar as possibilidades do autodidacta, resguardando-se assim as posições dominantes do campo político e económico para uma combinação de capital político e capital escolar.

Resta descortinar, mais especificamente, o lugar ocupado pelo curso de Mestrado em Gestão Global nas estratégias de reconversão empresarial dos trunfos apropriados em uma trajetória pela alta administração pública e por posições políticas de relevo.

3. Pós-graduado / mestre em Gestão Global: usos sociais do título

No exame que faz às Grandes Escolas de França, Bourdieu (1981) observa que a atribuição oficial de um título dá lugar a cerimónias solenes, tendo o estatuto de um *acto oficial de consagração* que, tal como a investidura do cavaleiro na Idade Média ou a ordenação de um padre, marca solenemente uma longa expectativa, ou mais exactamente, uma longa e lenta transformação para se conseguir a consagração. Porque estamos sobretudo a tratar, como nos alerta Bourdieu (1981), da objectivação do que se denomina de *jogos intelectuais* e da análise de processos de consagração (*da magia social da consagração*), devemos levar em consideração determinadas características que ainda que dissimuladas são importantes quando o que está em causa é medir o valor social de algo. Existem factores específicos a esta realidade vivida, que merecem ser apontados e que conferem seguramente o espírito de corpo, podendo ser encontrado, a título de exemplo, nos discursos alusivos às principais efemérides ligadas ao MBA (lançamento dos cursos em S. Vicente e na Praia, encerramento da primeira edição, entre outros):

Lembro-me bem, foi uma cerimónia de abertura da edição da Praia e marcou-me muito. Estava na mesa o Prof. Murteira, depois chamaram o primeiro-ministro, Dr. José Maria Neves, para o discurso da praxe. Então, eu estava na plateia juntamente com os colegas e o José Maria Neves referiu-se a mim..., ouvi o meu nome e ele referiu-se a mim como um colega e dizendo que se pudesse também faria o mestrado connosco. Aquilo foi uma nota que eu guardo com carinho. Foi uma cerimónia interessante (Entrevista I).

A peculiaridade deste tipo de actos, no contexto de Cabo Verde, encontra as suas principais referências na presença de membros do governo e, especialmente, do chefe do governo, figura obrigatória deste tipo de cerimónias, denotando-se alguma politização de actos que deveriam ser marcadamente académicos. Mas é esta “mescla” que engrandece os homenageados e que honra a investidura, podendo-se concluir que, em Cabo Verde, a intervenção política tem um potencial enorme de consagração, mesmo na esfera académica, que deveria ser, por excelência, neutra: é a presença de altos dignitários do Estado que marca as solenidades e que lhes confere a auréola de consagração exigida.

Representam estas cerimónias o que Bourdieu apelidaria de rituais de fechamento do círculo de eleitos, onde a utilização de expressões como: “uma privilegiada casta do país”; “bem preparados profissionais de gestão”; “gestores que se destacam no mercado de trabalho pela sua alta qualificação profissional”; “vocação para a formação de líderes” possibilitam a imposição do reconhecimento da distinção social do Mestrado em Gestão Global e da condição de elite consagrada e que se reconhece como digna de ser reconhecida.

Devemos ainda realçar a importância que os nossos entrevistados colocam na garantia da manutenção e o prolongamento no tempo dos laços de solidariedade e companheirismo entre os integrantes do mestrado, sobretudo no que

diz respeito a encontros periódicos, discussões na Internet, trabalhos conjuntos, o que representa o resguardo do capital simbólico que possuem. Considerando a relação social como um jogo de forças, esta é uma forma de imposição aos outros de um reconhecimento do seu prestígio e reputação.

Por um lado, a maioria dos entrevistados parece não encontrar no título em si – de pós-graduado ou mestre – uma fonte essencial de prestígio ou de distinção. E a ideia vincada é a de que um título só vale pela competência técnica que a ele está associado. Esta associação é não só uma auto-atribuição e a imposição aos outros do reconhecimento de que ao título corresponde competência técnica:

Eu vou ser muito sincera: para mim o título não significa nada. Eu posso ter títulos e não ter competências. Eu quero é ter desafios para mostrar aquilo que eu aprendi durante estes dois anos. De nada vale termos títulos se estes títulos não nos trazem uma mais-valia em termos de competências (Entrevista N).

Por outro lado, a importância do título é destacada quando se alega a necessidade de outros “requisitos sociais”, ou de uma maior visibilidade e notoriedade social. Fica patente o sentimento de que um profissional sem título (neste caso de pós-graduado e/ou mestre) fica numa certa posição de desvantagem e de subalternidade. Estamos a falar de alguém que já tem um título (licenciado), mas que socialmente sente que o facto de não ter um título para além desse, diminui-lhe o prestígio e a avaliação da sua própria competência:

Mas também são outros requisitos, também sociais, como profissionais, dão mais destaque a uma pessoa. Há muitas pessoas neste país, com menos capacidade do que eu, mas que eram projectadas imediatamente para outros cargos, para os quais muitas vezes nem tinham capacidade para aquilo e por quê? Porque tinham mais habilitações académicas! Aqui na

nossa sociedade o facto de o indivíduo ter determinado título académico tem vantagem em relação a um indivíduo que até pode ter mais capacidade técnica, mas como não tem grau é preterido. Há um aspecto social que tem muita importância (Entrevista A).

Os entrevistados que, embora empresários e administradores, acumulam essas funções com a docência, sublinham a importância do título para quem faz carreira na docência: “para leccionar, como docente do ensino superior, a licenciatura não é suficiente!” (Entrevista A).

Há um sentimento de massificação do título de licenciado, o que pode fazer com que a obtenção do título de pós-graduado e/ou mestre tenha um significado único, incluso para famílias onde ainda não existia um único titular:

Se eu estivesse na docência para fazer uma carreira, sem dúvida que o título ajudaria. Não sei, posso dizer que me sinto mais confortável e dá-me uma grande satisfação pessoal! E também posso dizer que na família sou a primeira mestre! (risos) E depois, a licenciatura está cada vez mais banalizada, com essa história de Bolonha (Entrevista J).

Existe uma enorme preocupação da parte dos entrevistados de relacionarem sobretudo *título* com *competência técnica* e menos título com *prestígio* e *distinção*, e esta afirmação representa forma social do prestígio, a forma legitimada da exigência do reconhecimento pela distinção social: “O título representa uma melhoria da minha capacidade técnica e não só, em termos sociais também tem um impacto e em termos profissionais tem-se mais prestígio, apesar disto não ser o que mais conta.” (Entrevista A). Mesmo para aqueles que para além do título de pós-graduado garantiram o de mestre, a postura é a de que a defesa de tese é apenas o coroar de um esforço e a capacidade para ir um pouco além nas suas competências:

Para mim ser mestre é a conclusão de uma fase académica que, obvia-

mente, me trouxe a consumação formal de um nível de conhecimentos que eu adquiri. Eu penso que mesmo a parte lectiva foi extremamente interessante, mesmo que eu não defendesse a tese. A defesa da tese foi, portanto, a formalização de todo um esforço que eu fiz e que acaba por formalmente dizer tenho um título académico que me habilita a fazer outras coisas diferentes na vida. Mas mesmo não tendo aquele título, com a parte curricular, eu já me considerava habilitado a fazer essas coisas (Entrevista I).

Se tivermos em conta que o *MBA em Gestão Global* se destina primordialmente a gestores de empresas/empresários, pessoas com uma apetência para o desenho de estratégias de maximização de oportunidades de ganhos e de consagração social, facilmente concluímos que o acesso a este tipo de formação lhes permite activar determinados laços e aceder aos melhores postos de trabalho. Verificamos que, na maioria dos casos, o acesso ao mercado de trabalho foi baseado em relações de reciprocidade e interconhecimento e a própria mudança de cargos ao longo da trajectória profissional terá sido conseguida com base nesses mesmos pressupostos. Se para alguns foram mecanismos formais os utilizados para se ser chamado para um cargo – como parece ser o caso dos jovens licenciados, que nos idos anos 80 entregavam o seu diploma na Secretaria de Estado da Administração Pública para serem colocados –, para outros, o sucesso na procura do primeiro emprego ficou facilitado pelas relações próximas com alguém, amigo ou conhecido, que já estava inserido no mercado. Constatamos a importância dos amigos e conhecidos em todas as situações e isto poderá explicar-se porque na maioria são indivíduos de trajectórias similares que graças aos trunfos políticos potencializam o capital de relações sociais que vão tecendo. Os capitais relacionais (consolidação de redes e conhecimento interpares) e escolares entrecruzam-se na definição das suas trajectórias profissionais e da distinção social. Assim a consagração deste grupo não está somente

relacionada à titulação escolar (acadêmica), mas a todo um conjunto de outras variáveis que permitem êxitos sociais a estes agentes, variáveis que podem ser encontradas, por exemplo, nas redes relacionais que lhes permitem ascender a cargos de prestígio.

Bourdieu (1981) quando analisa as classes preparatórias às Grandes Escolas em França afirma que estas são espaços de consagração para aqueles que são chamados a ingressar na classe dominante, e que são, na sua maioria, para o caso francês, procedentes dessa mesma classe. Ou seja, na estrutura das relações entre as instituições francesas explicitamente vocacionadas para a formação de elites para a administração, a economia ou o exército, e os diferentes campos sociais em relação aos quais estas instituições se relacionam, uma das características que melhor estabelece essa relação é a importante correlação que existe entre o alto nível social das famílias às quais pertencem tendencialmente os alunos dessas escolas. Ora, o mesmo não parece acontecer em Cabo Verde.

Assim, e tal como aponta Furtado (1995) ao analisar a classe dirigente em Cabo Verde, a afirmação desta elite socioeconómica começa com a possibilidade de uma formação no exterior, que lhe permite aceder “a um título de *noblesse* e de mobilidade social”. A titulação escolar (licenciado) permite, inquestionavelmente, o acesso ao mercado de trabalho nacional, ao mundo da produção económica em condições vantajosas e ainda a possibilidade de ocupação de posições dominantes no mundo da produção. E, na verdade, este nosso grupo não se desloca ao acaso no espaço social; as suas trajectórias profissionais e oportunidades de emprego permitem compreender que as oportunidades de ascensão foram derivadas de pequenos diferenciais em capital escolar, fundiário ou de relações sociais, acumulados nas gerações anteriores, que com a independência nacional encontram condições favoráveis

de reconversão na ocupação dos postos administrativos de um aparelho estatal em constituição.

Trata-se na verdade de um grupo que tem o início do seu percurso escolar potencializado pelas pequenas diferenças relativas na posição familiar da geração anterior, sobretudo em reconhecimento social e notoriedade nos pequenos círculos rurais. Para um segmento que sempre teve na instrumentalização de recursos ligados à honra familiar e relações sociais o principal trunfo de ascensão social, um curso que concentra em um mesmo espaço um grande número de trajectórias de elite é um importante espaço de consolidação desse tipo de capital.

Considerações finais

Neste artigo partimos da convicção de que os indivíduos não se deslocam ao acaso no espaço social e a posição e a trajectória individual encerram diferentes probabilidades inseridas em estruturas de distribuição desigual de recursos. Procurámos conhecer quem foi recrutado para este mestrado, que actores compõem este universo, quais as suas origens sociais, trajectórias pessoais (escolares e profissionais), cruzando com as oportunidades de emprego surgidas como também com as expectativas e oportunidades reais de ascensão social e resultados efectivamente conseguidos. A relação entre o diploma e a profissão é uma relação fulcral para se descortinar os usos sociais que os actores fazem dos seus títulos escolares. Aspiramos igualmente a desvendar como os capitais relacionais se entrecruzam com os capitais escolares definindo as trajectórias deste grupo de indivíduos e permitindo-lhes ascensão a uma posição de elite e de distinção social.

Queremos realçar que o que está em jogo na especificidade do momento cabo-verdiano são lutas de definição de

fronteiras entre esferas sociais, com a conseqüente diferenciação dos princípios de consagração social. Mais particularmente, parece-nos que a reivindicação de princípios exclusivos e excludentes de cada espaço de consagração social se faz parcial e é abandonada sempre que os actores achem estratégico situarem-se na política em nome de princípios próprios à academia ou, inversamente, intervirem na academia em nome de uma ordem política, ou ainda, usarem recursos políticos e académicos para reconfigurarem as regras do mercado económico propriamente.

Nossas hipóteses de partida baseavam-se no entendimento de que o Mestrado em Gestão Global (MBA) teria permitido a um determinado grupo social, uma elite socio-económica, a constituição de um espaço de consolidação de um capital de relacionamentos.

A publicidade à volta do curso pretende veicular a ideia de que o ensino ministrado no MBA em Cabo Verde é idêntico ao do ministrado pela *Business School de Portugal*, conferindo-lhe assim o brilho do prestígio e da excelência: os professores são professores consagrados do ISCTE – que se deslocam semanalmente de Portugal para leccionarem as diferentes disciplinas – e os exames são elaborados no INDEG (cabendo ao ISCEE apenas garantir a sua vigilância). A mágica à volta do curso permite escamotear as dimensões dos jogos de efeito de engrandecimento, por contraposição às dificuldades das condições de transferência das competências em questão. Trata-se, sobretudo de empresários que pretendem seguir, simultaneamente, uma carreira de docência no ensino superior e consolidar posições empresariais; para aqueles que, tendo formações diversas – sobretudo os ligados às Engenharias e à Contabilidade/Ciências Contábeis – trata-se da reinvenção na periferia do posto de “gestor global”, em complementaridade à de engenheiro ou de contabilista. Tomando em consideração o que nos diz Bourdieu (1979), no espaço social – ou

no conjunto dos diferentes espaços sociais – estas trajectórias podem assumir deslocções verticais ou transversais, isto é, verticalmente entre um mesmo campo social (por exemplo, de quadro superior da empresa, a administrador dessa mesma empresa) ou transversalmente implicando uma passagem de um campo social a outro (por exemplo, um contabilista tornar-se professor universitário). Este último tipo de deslocção supõe uma *reconversão* de uma determinada espécie de capital numa outra.

A condição favorável dos pós-graduados ou mestres em Gestão Global no mercado de trabalho (conseguida anteriormente) faz com que se afirmem, nos termos de Bourdieu (1992), como “modelo de homem realizado/mulher realizada”, de sucesso social, dando notoriedade ao próprio curso, facto verificável pela adesão, a cada edição, de um elevado número de candidatos, sobretudo na Cidade da Praia, pese embora os custos associados. São estes efeitos de engrandecimento da formação e autoconsagração dos seus formados que impõe aos outros o reconhecimento da distinção do título e dos seus portadores fazendo aumentar a visibilidade e a atracção por este tipo de formação. E sob a capa da competência técnica fica patente a eficácia simbólica de consagração.

Seguramente esta elite, no Cabo Verde do século XXI, e na cidade-capital da Praia, não assume os contornos e a dimensão de outras elites estudadas em períodos anteriores como a dos moradores-armadores da Cidade Velha (séculos XVI e XVII); os filhos da folha, funcionários régios – séculos XV-XVIII (COHEN, 2007); a elite burocrático-literária, século XX (ANJOS, 2002), e a classe dirigente no Cabo Verde pós-independência (FURTADO, 1995). A análise levada a cabo pelos diferentes autores tem como tônica comum o facto de, num momento histórico considerado, um grupo foi capaz de impor a sua dominação ao conjunto da sociedade.

Ao longo das entrevistas que fizemos a um grupo de mestres e pós-graduados em Gestão Global, das duas edições concluídas na Praia, constatámos que os actores que compõem este universo têm origens relativamente humildes, facto verificável nas habilitações dos pais e nas suas respectivas ocupações profissionais, bem como nos seus locais de nascimento (meio rural). Os nossos dados revelam, porém, que as famílias que conseguem proporcionar trajectórias escolares bem sucedidas aos vários filhos, tornando sustentáveis posições de elite, carregam pequenos diferenciais em capital fundiário e de honra familiar que são reconvertidos em investimentos escolares. É muitas vezes a possibilidade de transformação, na geração anterior, de pequenas diferenças em capital fundiário, em recursos da emigração e/ou a honra da família (capital social) que permite os investimentos na educação e o estabelecimento da fronteira entre os vencedores ou “eleitos” e os “excluídos”.

O importante será ressaltar que, na actualidade, em Cabo Verde, estão a acontecer lutas ambíguas em torno das injunções à autonomização das esferas sociais, da economia, da política e da academia. Nesse contexto, a capacidade de manipulação dos trunfos híbridos, sobretudo os capitais sociais e políticos, tem sido decisivo no processo de constituição de uma elite que tendo sido político-administrativa, tende a se apresentar hoje como elite empresarial. Nas estratégias de reconversão de trajectórias político-administrativas em trajectórias empresariais, fica claro que a imagem de uma sociedade dividida em esferas autónomas é parte dos cálculos mais ou menos conscientes que orientam os investimentos, nomeadamente a escolha do MBA.

Referências Bibliográficas

- ANJOS, José Carlos (2002). *Intelectuais, literatura e poder em cabo verde – lutas pela definição da identidade nacional*. Porto Alegre: UFRGS/IFCH e Praia (Cabo Verde), INIPC.
- BOURDIEU, Pierre (1979). *La distinction*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- BOURDIEU, Pierre. “Épreuve scolaire et consécration sociale”. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 1, vol. 39, 1981, pp. 3-70.
- BOURDIEU, Pierre (1989). *La noblesse d’État. Grands écoles et esprit de corps*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- BOURDIEU, Pierre (1992). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editor Perspectiva.
- BOURDIEU, Pierre (2005). *Razões práticas: sobre a teoria da acção*, 7ª ed. São Paulo: Papyrus Editora.
- COHEN, Zelinda (2007). *Os filhos da folha (Cabo Verde – séculos XV-XVIII)*. Praia: Spleen Edições.
- FURTADO, Cláudio (1995). *Génese e (re)produção da classe dirigente em Cabo Verde*. Praia: Instituto Caboverdiano do Livro e do Disco.
- GOFFMAN, Erving (1985). *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Ed. Vozes.

Periódicos

- GENIEYS, William. “Nouveaux Regards Sur Les Elites du Politique”. *Revue Française de Science Politique*, 1, vol. 56, Février 2006, pp. 121-147.